



Ata Número Vinte

Aos vinte seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas dezoito horas e dez minutos, reuniu ordinariamente, na Sala Atelier do Teatro Municipal da Lousã, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**

1. Apreciação de uma Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal.
2. Apreciação e votação da ratificação da deliberação da Câmara Municipal de 20.01.2025, relativa à desafetação do domínio público de parte de arruamento na Zona Industrial do Alto do Padrão.
3. Apreciação e conhecimento do Relatório anual com os incentivos concedidos ao abrigo do Capítulo II do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Lousã.
4. Apreciação e votação de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, para o ano de 2025.
5. Apreciação e votação de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a Freguesia das Gândaras, para o ano de 2025.
6. Apreciação e votação de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a União de Freguesias de Lousã e Vilarinho, para o ano de 2025.
7. Apreciação e votação de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a Freguesia de Serpins, para o ano de 2025.
8. Apreciação e votação da autorização da contratação e encargos plurianuais associados, de um empréstimo a médio e longo prazos, no montante máximo de 700.000,00€, destinado a financiar a "Requalificação e conservação de rede viária e arruamentos municipais".

AA
A
g



AM
h
g

9. Apreciação e votação da 1ª Revisão às Demonstrações Previsionais (Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano) do ano de 2025. -----

10. Apreciação e votação da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2025.

A Senhora Presidente da Mesa deu início aos trabalhos começando por apresentar cumprimentos ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** e restante Executivo, Senhores membros da Assembleia Municipal e todos os presentes. Agradeceu ainda a cedência do espaço para a realização da reunião da assembleia. -----

CHAMADA: -----

Feita a chamada, verificou-se a ausência de Daniela Guerreiro, que justificou a falta e foi substituída por Rui Morais; Carolina Cabral, que justificou a falta e foi substituída por Daniela Santos, e Margarida Correia, que justificou a falta e foi substituída por José Moreira e Pedro Santos que justificou a falta e foi substituído por Sara Antunes. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

A Senhora Presidente da Mesa, deu conhecimento de quatro inscrições de cidadãos para usar da palavra neste período, que fizeram previamente a respetiva inscrição e preenchimento de declaração de consentimento, nos termos do RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados. -----

Inscrições: António Paulo Magro; Maria Luísa Costa e Silva; José Fernandes Nunes e Fernando Pedro Ferreira -----

Luísa Costa e Silva, cumprimentou todos os presentes e colocou à Assembleia Municipal as seguintes questões: se está programado, por parte da Câmara, municipal alguma intervenção a nível da instalação de novo material de distribuição da água da rede, saneamento básico e novo piso na Rua 25 de abril, Rua da Papanata e Rua das Fontainhas. Se está prevista a criação de infraestruturas para a resolução do problema do saneamento básico na rua dos Codessais /Moita com uma vez que existem caixas que quando entopem provocam um grave problema se saúde pública. Terminou a intervenção



AJ.
h
g

questionando se está prevista a criação de alguma equipa de intervenção e limpeza dos trilhos da Serra da lousã. -----

José Fernandes Nunes, interveio cumprimentando todos os presentes e manifestou a sua preocupação sobre uma serventia, onde se encontram acácias, caídas para a estrada e para um Olival que lhe pertence, sito no caminho da Rogela para o Vale. Disse ainda que algumas acácias já foram cortadas, mas ainda se encontram num terreno vizinho. -----

António Paulo Magro, iniciou a intervenção cumprimentando todos os presentes e começou por dirigir-se à Sr.ª Presidente da Assembleia, para que no uso das suas competências e no âmbito do regimento da assembleia, lhe sejam comunicadas por e-mail as diligências tomadas, sobre o assunto que apresenta. Referiu que na sua intervenção na Assembleia Municipal de dezembro solicitou informações sobre os condomínios de aldeia, bem como alguma documentação de suporte e até à data não teve qualquer resposta por parte da Sr.ª Presidente. Questionou se lhe vai responder. Terminou solicitando esclarecimentos sobre o artigo 23.º do regulamento do orçamento participativo de 2019 efetuado em 2021. -----

Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e começou por esclarecer as questões colocadas pela D. Luísa Aveiro. Quanto à rede de águas e à reabilitação de pavimento da rua 25 de abril, Papanata e Fontainhas, disse não haver nenhuma previsão de intervenções nos próximos tempos, tal como na Rua dos Codessais até à Moita. No que diz respeito à limpeza de Trilhos da Serra da lousã informou que há duas intervenções efetuadas regularmente na Serra, uma decorrente da prestação de serviços contratada pela Câmara e que visa os percursos pedestres, a outra referente a com um conjunto de outros percursos que decorre de um apoio prestado pela Câmara Municipal à montanha clube, através do qual o clube fica responsável por executar a manutenção de alguns trilhos. Relativamente à questão colocada pelo Senhor José Nunes informou que irá solicitar os serviços a verificação do sucedido, contudo e conforme o transmitido, na intervenção, será uma questão no âmbito de domínio privado. Em resposta às questões colocadas pelo Senhor Paulo Magro relativamente ao orçamento participativo



disse não ter presente de momento o que diz o artigo 23, uma vez ser um documento de 2019, mas que todo o processo está na Câmara e poderá ser consultado. -----

Sr.º Presidente da Mesa, esclareceu que em relação à outra questão colocada pelo Sr. Paulo Magro, solicitou a informação ao Sr. Presidente da Câmara sobre a temática da aplicação de financiamento do projeto de condomínio das aldeias localizadas em território da Floresta, versus requalificação da praia fluvial Senhora da Graça - Aqualousã, mas até ao momento ainda não obteve informação. Informou que irá reforçar o pedido, para que possa receber mais rapidamente o pretendido. -----

Fernando Pedro Ferreira - interveio cumprimentado todos os presentes e referiu que o lugar da Rogela se encontra ao abandono, quer na questão das valetas, quer na inexistência de saneamento. Referiu também a fraca visibilidade no cruzamento entre a Rua do Aeródromo e a Rua Portela da Cachaça. -----

Presidente da Câmara, referiu no que diz respeito ao pedido de informação solicitada pela Sr.ª Presidente da Assembleia, sobre os condomínios da aldeia, o mesmo já foi solicitado aos serviços de forma que, entretanto, seja encaminhada. Ao Sr. Fernando Ferreira, informou que no que respeita à rede de saneamento não há nenhuma previsão em termos dessa concretização e no que diz respeito às outras situações de melhoria referidas, irá encaminhar aos serviços para que possam fazer essa verificação e a possibilidade de executar estas melhorias. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

VOTAÇÃO DA ATA: -----

Colocada à votação a ata da sessão ordinária número dezanove, realizada no dia doze de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, foi aprovada por unanimidade pelos deputados que estiveram presentes, não tendo participado na votação os membros que dela não fizeram parte. -----

CORRESPONDÊNCIA: -----

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'A. X.' with a flourish below it.



A Senhora Presidente da Mesa passou a dar conhecimento aos membros da Assembleia Municipal de toda a correspondência rececionada pela Mesa, desde a última sessão ordinária de setembro, até ao momento: -----

Dia 20 de dezembro, envio do relatório final pelo Grupo de trabalho das freguesias, referente a desagregação das freguesias de Louçã e Vilarinho; -----

Dia 7 de fevereiro, da CPCJ da Louçã, a solicitar a designação de membros, para o novo mandato. -----

INSCRIÇÕES PARA O PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Inscrições: Nelson Lopes, Marco Sequeira, Joel Fernandes, Ana Bandeira, Patrícia Ramalheiro, Sara Antunes, Helena Correia, Fernanda Franca, Maria Antunes, João Curvelo, António José Gonçalves, Santinho Antunes, -----

Helena Correia, tomou a palavra cumprimentando todos os presentes e disse: *“Após a aprovação do Grupo de Trabalho constituído na Assembleia da República para apreciar os processos de desagregação de freguesias, entre as quais a União de Freguesias da Louçã e Vilarinho, e da votação do decreto da assembleia da República nº 37, – subscrito por PSD, PS, BE, PCP, Livre e PAN, que teve votos contra da IL e a abstenção do Chega – fomos confrontados com o veto do Sr. Presidente da República e a devolução do decreto ao Parlamento. Esta decisão não altera a posição do Grupo Municipal do PS/Louçã, que sempre se manifestou contra a agregação, votou contra a agregação e apoiou e a sua reversão. Saudamos desde já as posições públicas tomadas pelo Partido Socialista com o compromisso de reafirmação de votação favorável do decreto, com agendamento em tempo útil e da Câmara Municipal da Louçã manifestando o reforço da sua posição. Mas porque o que está em causa é: o dever de respeito para com a nossa população, pela expectativa criada depois do trabalho e empenho coletivo em ter as suas freguesias de volta; o sentimento de “frustração” nos autarcas e populações causado pelo veto do Presidente da República; a desconsideração pelo esforço sério feito por autarcas e deputados que nos representam na apresentação e análise dos processos; e associando a Assembleia Municipal da Louçã à voz de Albino Almeida,*

AJ.
M
A



presidente da ANAM, que refere "esperar que nas assembleias municipais ordinárias, que se realizam no final de fevereiro e em março, quer as populações, no período antes da ordem do dia destinado ao público, quer os presidentes de junta, "venham a manifestar as suas posições e a fazê-las no sentido de serem transmitidas à presidência da República". Associando a Assembleia Municipal da Louçã às palavras de Jorge Veloso, Presidente da ANAFRE, que apela "aos partidos que aprovaram no parlamento a lei de desagregação de 302 freguesias, vetada pelo Presidente da República, que se pronunciem publicamente sobre este veto, assegurando que a desagregação seja novamente aprovada." Mas acima de tudo, associando a Assembleia Municipal da Louçã à voz dos seus eleitos e populações, termino dizendo que a minha intervenção tem como objetivo reforçar a nossa posição de apoio à desagregação da União de Freguesias da Louçã e Vilarinho, levando a vontade da população junto do Sr. Presidente da República e grupos parlamentares da Assembleia da República, para agendamento urgente e reconfirmação da lei e por fim que se mantenha, no dia 5 de março, o sentido expresso de reconfirmação do diploma em sede da AR." -----

Fernanda Franca, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e disse: "em nossa intervenção anterior de 12.12.24 foi focado o Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Concelho da Louçã. Tivemos o gosto de saber que foram distribuídos alguns eco-bags, nas caixas do correio para alertar a obrigação da recolha dos dejetos sólidos dos canídeos aos seus donos, mas ainda faltam outras ações constantes no Regulamento". Solicitou ao Órgão de Comunicação o TREVIM que disponibilize um pequeno espaço para colocar a sinalética que foi apresentada, para os munícipes começarem a ter conhecimento dos seus deveres através da visualização que apresentei e alertar para as possíveis coimas caso não haja cumprimento das regras. ----- Disse ainda: "Agradecer, após vários pedidos nossos, o envolvimento que a Câmara Municipal teve na marcação da variante Louçã-Foz de Arouce, dada a perigosidade face à ausência com consequências terríveis, na circulação rodoviária intensa que se verifica, a má visibilidade especialmente á noite, na

AF
Q



hora de ponta e com nevoeiro frequente. Coincidência ou não, cerca de um curto período de tempo antes, cerca de 2 semanas, após a colocação das faixas pelo PPD/PSD nos viadutos alertando para a falta de marcação da via, foi finalmente resolvido o solicitado. Aguardamos a marcação das laterais. -----

É com o mesmo intuito que hoje vamos apresentar uma proposta de ação para boa concretização do plano de Ação do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos, com a obrigatoriedade de fazer a recolha seletiva de têxteis, resíduos perigosos e mobiliário. Perante este desafio é de toda a importância questionar os fatores que Autarquia considerou primordiais para viabilizar ou concretizar a recolha de resíduos têxteis. Certo é que as ações de sensibilização junto da população são ferramentas essenciais para alertar a comunidade para algo que está menos bem e poderá ser melhorado, visando a mudança comportamental assim como a mudança de atitudes de todos nós. A presente proposta, visa a realização de ações de sensibilização junto da população a fim de estimular a comunidade para a mudança de atitudes/conduas, chamando a atenção para a responsabilidade civil de cada um e o espírito de participação de todos na importância da limpeza urbana. Para tal é proposto a realização das seguintes tarefas: Elaboração e distribuição de folhetos de sensibilização, promovendo hábitos de consumos sustentáveis, fomentando a consciencialização da população e operadores económicos para a adoção de comportamentos mais adequados; Reforço da gestão municipal, ao nível da lavagem periódica dos contentores (lavagens trimestrais), reparação dos contentores existentes e melhoramento das zonas limítrofes onde existam contentores, originando assim um aspeto cuidado e limpo; Reforço de ecopontos, maximizando a recolha seletiva e reciclagem; Colocação de um contentor adequado à receção de entulhos (até três m³), em local estratégico em cada Freguesia com recolha semanal pela Câmara Municipal .Aumentar o número de contentores próprios para recolha de têxteis / roupões e respetivos equipamentos associados, pois verifica-se que existe uma grande utilização dos mesmos. Não esquecer a utilização de uma georreferenciação com a localização de todos os contentores nos diversos pontos do Município, na página da Câmara Municipal e respetivas Juntas de Freguesia e redes sociais,



para consulta rápida. Estabelecer protocolos com IPSS que queiram ter contentores de roupa usada selecionada, para fins sociais". -----

Ana Bandeira, cumprimentou todos os presentes e disse: " Venho saudar o início dos trabalhos de renovação da sinalização horizontal na Estrada da Beira (EN17) e na Variante à Foz de Arouce, uma intervenção há muito aguardada e que representa um avanço significativo para a segurança rodoviária na nossa região. Após anos de insistência por parte da Câmara Municipal da Lousã junto das Infraestruturas de Portugal, é com satisfação que vemos esta necessidade finalmente atendida. A degradação da sinalização horizontal nestes troços comprometia a segurança dos condutores, sobretudo em períodos de menor visibilidade e condições meteorológicas adversas. A concretização desta melhoria é um passo positivo, mas é fundamental garantir que futuras intervenções na rede viária sejam planeadas de forma mais célere, evitando que situações semelhantes se arrastem por demasiado tempo. Também o Nó dos Pegos é uma ligação viária estratégica no concelho da Lousã, conectando a zona dos Pegos à EN342. A reformulação deste nó tem sido uma prioridade para a Câmara Municipal da Lousã e uma constante reivindicação, bem como a criação de alternativa à EN17. O orçamento municipal para 2025, aprovado em novembro de 2024, alocou mais de 2,5 milhões de euros para projetos de mobilidade e competitividade, incluindo a estabilização da EM 580, a Variante Sul à Lousã e o Nó dos Pegos. Estas iniciativas refletem o esforço da autarquia em melhorar a mobilidade e a segurança rodoviária no concelho, respondendo às necessidades da população e promovendo o desenvolvimento local. Contamos com a continuidade do empenho da CML na defesa das infraestruturas rodoviárias do nosso concelho". -----

João Curvelo, interveio cumprimentando todo os presentes e mencionou que no último conselho municipal da Juventude ouviu o Sr. Vereador João Santos dizer que iria existir na lousã a breve tempo um espaço autónomo ou semiautónomo para os estudantes poderem estudar, dando a ideia de que tivesse um funcionamento alargado, congratulou por essa medida. Questionou,

AX
AF
g



se ficou com a ideia correta, e quando é que esta será concretizada. Lembrou ainda que a sua primeira intervenção enquanto deputado municipal, no início deste mandato foi propor o alargamento do horário da biblioteca e existência de espaços desses, que foi reprovado nesta Assembleia municipal. -----

Sara Antunes, iniciou a intervenção cumprimentando todos os presentes e explanou: *"No seguimento da intenção manifestada pela Agência Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) em atribuir atividade temporária ao Helicóptero do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR), sedado no Aeródromo Municipal da Lousã, restringindo o período de permanência entre 15 de abril e 31 de outubro, permitam enaltecer a posição da Autarquia da Lousã pela sua continuidade, em regime de permanência, reiterando e fundamentando a relevância da operação deste meio, durante todo o ano por vários fatores: Nomeadamente pelo facto de estar localizado numa mancha florestal, que importa preservar e que dadas as suas características, isto é, pela dificuldade de acesso terrestre, a primeira intervenção por meios aéreos é crucial. Pela necessidade de continuar a apostar na competitividade e atratividade do Pinhal Interior, onde a Lousã está inserida, onde a segurança das populações, das empresas, infraestruturas e turistas é um fator essencial para garantir esses objetivos; Pelo fato da sede, do único polo da escola nacional de bombeiros dedicado à formação em incêndios rurais do país ser no aeródromo da Lousã, e por onde passam todos os respetivos elementos de comando e restantes bombeiros. E pelo facto de o Município da Lousã ter promovido nos últimos anos, um conjunto de intervenções e investimentos, que ultrapassaram os 300 mil euros, com o objetivo de melhoria contínua do Aeródromo Municipal da Lousã, por forma a criar as condições adequadas de operacionalidade no âmbito da prevenção e do socorro/combate. Consideramos que a permanência do helicóptero, de forma permanente, permite assegurar as condições adequadas – a nível da proteção e socorro – em toda a Região, reforçando a necessidade de preservação e as*

AF.
af
g



características da mancha florestal da Serra da Lousã". -----

António José Gonçalves, começou a sua intervenção referindo-se aos convites que tem recebido para os espetáculos do Teatro Municipal e afirmou que ou recebe todos ou não recebe nenhum, pois só tem recebido convites para os espetáculos com menos procura, não tendo recebido nenhum para o espetáculo do Pedro Abrunhosa. Dirigiu-se ao Sr. Presidente dizendo que, o seu assessor, que também é deputado desta Assembleia pode retirar o seu nome da lista de convites. Fez um balanço do último ano de mandato e acusou o Presidente da Câmara de não ter neste tempo, nenhuma obra e de ser o pior presidente de Câmara que há memória. Acusou ainda a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal de ser a culpada pela falta de ética existente na Assembleia, uma vez que permitiu haver um membro líder da Assembleia que é ao mesmo tempo assessor do Presidente da Câmara. Continuou a dizer que durante estes quatro anos lutou por melhorias no Jardim da Câmara e o presidente na Câmara nunca se preocupou com tal assunto, acusando-o de não ter vergonha nenhuma e manter o jardim como está, sem nunca fazer nada. Referiu a Rua do Comércio, e disse que quando o Sr. Presidente é questionado com esta situação, a sua resposta é sempre a mesma, que estão a ver; que estão a trabalhar; que ainda não foi possível e continua tudo na mesma. Terminou referindo-se aos passadiços da Sr.ª da Piedade e questionou se a sua conclusão já está prevista. -----

Patrícia Ramalheiro, interveio cumprimentando todos os presentes e começou por dizer " os investimentos são o reflexo do nosso compromisso com a valorização do nosso concelho! Com eles colocamos a nossa terra – Lousã nos polos de atração turística a nível regional e nacional, reforçando e aumentando assim as nossas exigências e prioridades no nosso trabalho, que vão de encontro sempre ao bem-estar e qualidade de vida dos Lousanenses. Como exemplo disso, temos vindo a assistir semanalmente, ao enorme contributo que o Teatro Municipal tem trazido para esta terra! A qualidade e a diversidade da programação com nomes como: Pedro Abrunhosa, Paulo de Carvalho, Jorge

AT
ab
a



Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'A' and 'J'.

Palma, a gala do 35 aniversário da Companhia Marimbondo, entre outros, mostram evidências bem notórias da acrescida movimentação e deslocação de pessoas a este concelho! E do palco passamos para a mesa, para celebrar 20 anos de Festivais Gastronómicos no concelho com destaque para a nossa 13 edição do Festival Gastronómico da Chanfana que teve o seu início no dia 14 de fevereiro e que durou até ao dia 23 de fevereiro, contando com uma série de iniciativas locais. Um evento desta dimensão ao nível gastronómico, teve como complemento um programa cultural muito abrangente onde podemos destacar, as visitas guiadas, atuações teatrais, ciclos de contos infantis e palestras evidenciando assim a qualidade e dinâmica que existe neste setor. Este evento para além da participação de 24 restaurantes, contou ainda com parcerias com o comércio local, que possibilitaram descontos em unidades de alojamento, padarias, pastelarias e empresas de animação turística. Ainda neste âmbito a autarquia organizou duas caminhadas urbanas com workshop de broa e chanfana, contribuindo assim para um convívio saudável com direito a degustação. Tivemos também a cobertura deste evento nos meios de comunicação social, que através das suas reportagens nos deram um forte destaque gastronómico, contribuindo assim para elevada presença de visitantes de todo o país á procura dos nossos pratos! E porque a nossa preocupação continua a ser na qualidade dos nossos serviços junto da satisfação, quer aos clientes, quer aos restaurantes participantes, permitindo assim a recolha de dados uteis para melhoria contínua e sugestões. -----

Maria Antunes, interveio cumprimentando todos os presentes e expôs: “Como todos nós sabemos, uma das características transversais a todas as escolas e níveis de ensino da Lousã é o número elevado e crescente de crianças/ alunos com necessidades específicas. Do mesmo modo, todos estamos conscientes que o apoio e respostas a estas crianças/alunos são insuficientes, apresentando os assistentes operacionais destacados para o efeito lacunas significativas na sua formação teórica e prática, desencadeando uma resposta frágil e pouco consistente. Por outro lado, sabemos que a segurança e a tranquilidade das nossas escolas e do seu ambiente educativo



constituem um foco de preocupação de toda a comunidade escolar, dependendo em muito destes fatores o bem-estar e o seu sucesso educativo. Assim, os aspetos anteriormente referidos convergem para um ponto essencial que é a formação dos seus assistentes operacionais em geral e, em especial, aqueles que estão diretamente ligados aos alunos com necessidades específicas. Conscientes desta realidade, vários Municípios promoveram ações de formação destinadas a estes profissionais, em articulação com entidades como o Serviço de Formação Profissional de Coimbra do Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P., visando melhorar, adequar e consolidar o apoio educativo por estes prestado. Assim, a coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD e CDS/PP propõe que esta prática seja adotada no nosso concelho pelas razões acima referidas, no sentido de dar resposta às ansiedades identificadas na nossa comunidade educativa, bem como tornar as nossas escolas em espaços inclusivos e seguros, onde a resposta às necessidades específicas das suas crianças/alunos seja uma realidade efetiva e de qualidade. No que concerne às provas e exames em formato digital previstas para este ano letivo gostaríamos de saber como está a decorrer este processo no nosso Agrupamento de Escolas, nomeadamente se o número de computadores e ligação à internet está de acordo com as necessidades, se estão salvaguardadas questões de segurança e de equidade entre todos os alunos e se não foram identificados problemas que possam, de algum modo, condicionar o decurso normal dos mesmos. Por fim e relativamente aos refeitórios escolares dos Jardins de Infância do nosso concelho queríamos aqui deixar uma proposta. Os espaços refeitórios escolares dos Jardins de Infância constituem espaços de aprendizagem não formal onde as crianças aprendem e/ou consolidam diversas competências transversais a inúmeras áreas do conhecimento como higiene, manuseamento de talheres, regras de estar à mesa e onde se potencia uma alimentação saudável e equilibrada, entre outras. Estas práticas são cada vez mais importantes se considerarmos o crescente número de doenças identificadas na nossa sociedade, resultantes de uma alimentação pouco correta e desequilibrada. Neste contexto, e tendo tido conhecimento de uma iniciativa que nos pareceu de elevado interesse e valor



A7.
af
af

educativo, a coligação “É Hora de Mudar” PPD/PSD e CDS/PP vem propor a criação e a sua implementação de individuais reutilizáveis e personalizados nos refeitórios dos Jardins de Infância do nosso Agrupamento de Escolas. Assim, com pinturas e desenhos alusivos ao tema “Alimentação saudável”, cada criança personalizava o seu individual que posteriormente iria ser impermeabilizado permitindo assim a sua correta utilização, higienização e reutilização. Com esta iniciativa pretende - se não só promover práticas de uma alimentação saudável como também de sustentabilidade e de desperdício alimentar, perspetivando a Escola como um espaço de Cidadania ativa e responsável.” -----

Marco Sequeira iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, e começou por referir o seguinte: “As Férias Ativas são um programa que já tem presença assídua nas atividades da Câmara Municipal e dos seus parceiros nos períodos de férias escolares, tendo um papel fundamental na ocupação das crianças fora do horário letivo. Recentemente tiveram lugar 2 edições do projeto – Férias Ativas Natal 2024 e Férias Ativas final do 1.º semestre 2025. É evidente a oferta de um conjunto vasto de experiências enriquecedoras aos participantes – indo desde visitas fora do concelho, sessões de prática desportiva, encontros intergeracionais, sessões de consciencialização em várias áreas, entre outras atividades. No entanto, este projeto é também uma solução eficaz, segura e prática para as famílias manterem os seus elementos mais novos ativos. Ao longo do tempo este projeto aparenta ser um sucesso e parece ter muita adesão. Sr. Presidente, gostava só de questionar se efetivamente esta perceção está correta e a procura tem sido considerável a este programa ao longo das suas várias edições. Referiu o projeto “Desporto escolar sobre rodas” que teve recentemente uma ação na escola secundária e que contou com a participação de 24 alunos, como sendo um projeto que tem como objetivos a promoção de estilos de vida saudáveis, da mobilidade ligeira sustentável e da segurança rodoviária, incentivando a uma sociedade mais ativa, ambientalmente consciente e segura. Disse ainda: “Felizmente no município tem havido um investimento significativo em ciclovias e mobilidade sustentável, existindo uma infraestrutura que permite o uso da bicicleta no dia a dia –



Handwritten signature and initials in blue ink.

ambicionamos que este investimento continue de forma a conseguirmos melhorara ainda mais a resposta a este tipo de mobilidade." Questionou o Sr. **Presidente da Câmara** se este projeto contempla mais ações do género no concelho. No âmbito do desporto evidenciou o projeto Lousã a mexer + e partilhou que para além da sua atividade regular destacaram-se duas iniciativas: o encontro distrital de Walking Football ea Fase Final Nacional do Campeonato de Boccia Sénior Individual. Disse ainda que este projeto tem registado, uma forte adesão, graças ao seu impacto positivo na saúde física e mental dos participantes, promove a melhoria da qualidade de vida, reduz o isolamento social e a prática de exercício físico adaptada às necessidades de cada um. Terminou a intervenção destacando a apresentação da equipa de ciclismo Efapel Cycling. Em relação à intervenção do deputado João Curvelo esclareceu de em 2018 a JS incentivou a ACTIVAR a ter um espaço de estudo em horário alargado, essa proposta foi aceite e funcionava no Espaço J, informou ainda que de momento não sabia se estava a funcionar, mas reafirmou a existência deste espaço no concelho. -----

Nelson Lopes, iniciou a intervenção cumprimentando todos os presentes e no seguimento da intervenção da deputada Fernanda Franca, questionou o Sr Presidente da Câmara se tem havido um aumento do volume de reciclagem deste tipo de produtos. Questionou ainda se já existe algum desenvolvimento sobre a Central Hidroelétrica da Ermida da Sr.ª da Piedade, sabendo não ser uma questão da Câmara Municipal, mas de extrema importância para o concelho, fazendo parte da memória coletiva dos Lousanenses. -----

Santinho Antunes, cumprimentou todos os presentes e iniciou a intervenção referindo-se à questão da situação das freguesias, que segundo notícias de 18/02/2005 a Assembleia da República irá confirmar o diploma de desagregação das freguesias, depois do veto do Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa que recusou promulgar o diploma, argumentando que existem dúvidas sobre a sua exequibilidade a tempo das eleições autárquicas do outono, além de criticar a falta de transparência no processo



A7.
cl
A

legislativo. No entanto os partidos já anunciaram que vão confirmar a lei, não havendo dúvidas que iremos ter freguesias. Disse ainda que o grupo municipal É Hora de Mudar está contente com este processo, mas que convém lembrar que em setembro de 2022 foi recomendado pelo Grupo Municipal É Hora de Mudar, um processo de reversão das freguesias onde se referiu que estávamos perante uma reforma de gabinete fortemente burocrática e que não respeita nem a autonomia do poder local nem a vontade das populações na mobilização da sua identidade histórica cultural, colocando também em causa o acesso a fundos comunitários nas freguesias agregadas. Foi feita uma interpelação da Sr.ª ministra da coesão territorial, para que não fosse colocado em causa o trabalho desenvolvido pelas entidades intervenientes, uma vez que se trata de processo complexo. Terminou a intervenção referindo-se que é necessário ter uma ação mais musculada contra a ERSUC e à ERSAR, pois é de conhecimento que os municípios recentemente iniciaram 2 procedimentos um de fiscalização ou outro judicial, manifestando-se sobre o aumento das tarifas. -

António José Gonçalves, fez uma interpelação à mesa, para se retirar da sala enquanto o deputado Joel Fernandes tomar da Palavra, por não concordar com a sua acumulação de funções de deputado e assessor do presidente da Câmara, dirigiu-se ainda aos jornalistas presentes lançando um repto sobre a antidemocracia. -----

Joel Fernandes, cumprimentou todos os presentes, em especial os já anunciados candidatos aos órgãos autárquicos. Corroborou a intervenção do senhor deputado Santinho Antunes quer no que diz respeito à questão da separação das freguesias, quer nas palavras sobre a ERSUC e ERSAR, onde referiu já existirem várias tomadas de posição públicas de vários municípios, inclusive do município da Louçã, sobre este assunto. Disse ainda que estas entidades nacionais merecem uma reflexão profunda sobre o modelo de gestão de certos bens essenciais e atividades. Referiu-se ao vídeo criado por inteligência artificial e publicado pelo Presidente dos Estados Unidos, o qual insidia sobre uma Estância turística na Faixa de Gaza algo que considerou desprezível e uma falta



Ar
of
of

de respeito para todos aqueles que sofreram com a guerra. Referiu-se ainda às taxas aplicadas pelos Estados Unidos, à Europa e ao Canadá, ao acordo de paz para a Ucrânia e aos diversos casos ocorridos, ultimamente na Assembleia da República. Continuou referindo a viagem experimental do metro, a edificação do segundo edifício do centro de saúde; na cultura referiu a importância do Teatro, do castelo, do museu do circo e da casa Museu Carlos Reis. Disse estar de acordo com as intervenções sobre a reciclagem e o bem-estar animal e lembrou que nestas áreas, existiram 2 grandes investimentos, o centro de recolha oficial animal da lousã e o Ecocentro municipal. Terminou a sua intervenção referindo outras obras realizadas no município durante este mandato.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e começou por dar resposta às questões colocadas, sobre a reciclagem dos têxteis informou ser um processo ainda recente, mas que o município está a trabalhar para o aumento de resposta para este tipo de materiais e ao seu encaminhamento. Lembrou a existência do ecocentro e a sua importância, acrescentou o serviço de recolha de monos e entulhos até 1m³ disponibilizados pela autarquia. Informou que os ecopontos são da responsabilidade da ersuc e que apesar do aumento de ecopontos disponibilizados, ainda não são suficientes, situação que a autarquia continua a acompanhar. Às questões relativas à sinalização, informou que as Infraestruturas de Portugal já deram início aos trabalhos, com mais incidência, na variante a Foz de Arouce e na estrada N 17, acrescentou que a autarquia continua a lutar por uma alternativa à estrada de beira. Quanto as obras na estrada de acesso ao Castelo e à Sr^a da Piedade, que iniciaram em setembro e tem um prazo de conclusão de 9 meses, referiu ser uma obra de alguma complexidade técnica, quer pelo tipo de intervenção, quer pelas características do espaço onde é realizado. Informou, ainda, que o município substituiu o estado português na contratação e pagamento do projeto para a conclusão do Nó dos Pegos e entregou-o às Infraestruturas de Portugal já em 2023 e até ao momento a situação ainda não se encontra resolvida. Em resposta ao Sr. deputado João Curvelo, esclareceu que não houve nenhuma



menção à criação de um espaço da natureza que referiu. No seguimento da intervenção da deputada Sara Antunes, disse que o Helicóptero deixou de estar em permanência no aeródromo municipal e apesar das diligências, assumidas e fundamentadas, pelo município da Louçã, não houve nenhuma alteração da posição. Referiu-se aos convites para espetáculos realizados no Teatro Municipal, e realçou a importância do Teatro na sua dimensão de funcionamento e no que é proporcionar espetáculos com grande diversidade e qualidade, permitindo acessibilidade a toda a comunidade. Acrescentou ser um desafio muito grande gerir o funcionamento de uma casa com estas características, mas que é também um investimento muito importante para o concelho da Louçã. Comunicou que o Jardim da Câmara e a Rua do Comércio terão tratamento adequado no tempo possível. Quanto às questões colocadas pela deputada Maria Antunes, sobre a formação específica para assistentes operacionais, que trabalham com crianças com necessidades sociais, disse ser um processo em desenvolvimento, mas que toma em boa nota o reforço desta capacitação. Relativamente às provas de exame de formato digital disse que a informação disponibilizada por parte do Ministério da Educação, é que ainda se encontram em falta alguns computadores e melhorar a estabilidade e capacidade da rede de internet. Tomou nota da sugestão referente aos refeitórios dos jardins de infância. À intervenção do deputado Marco Sequeira acrescentou que a autarquia vai continuar a investir nestas atividades de forma a desenvolver uma sociedade mais coesa e com melhor qualidade de vida para todos. Disse ainda que a melhoria das ciclovias, as zonas de circulação pedonal e a criação de zonas de socialização, são objetivos que estão sempre presentes, de forma a se conseguir uma melhoria continua destes espaços. Respondeu às questões colocadas pelo deputado Nelson Lopes, e disse que quanto a questão da reciclagem dos Têxteis, foi celebrado recentemente um protocolo com uma entidade que oferece garantia, relativamente a este trabalho e quanto à central Hidroelétrica, já foi estabelecido contacto com a Agência Portuguesa do Ambiente e aguarda-se o agendamento de reunião para definir qual a posição do Estado Português quanto a central e aos equipamentos inerentes. Referindo-se ao processo de desagregação das

Ar.
ef.
Jm



As
 7

freguesias, reiterou a posição da Câmara Municipal no apoio à desagregação a tempo das próximas eleições autárquicas. Esclareceu o Sr. deputado Santinho que o município da Lousã, foi dos mais empenhados em todas ações de contestação e oposição às decisões da Empresa geral do fomento, entidade que tutela a ERSUC e à entidade que regula a ERSAR e às posições que têm vindo a assumir. Têm sido tomada uma posição em conjunto com outros municípios pertencentes a ERSUC e com a CIM região de Coimbra, de modo que se tenha uma oposição mais forte, de forma a fazer frente às situações que se têm apresentado. Terminou a intervenção fazendo uma correção ao deputado Joel Fernandes que referiu o concurso do segundo edifício do centro de saúde e não é concurso uma vez que o edifício já está em obra, sendo uma obra importante para o reforço dos cuidados primários e outras valências de forma a dar melhor resposta à comunidade. -----

PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

1 - Apreciação de uma Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal (doc. nº 1 (um)).-----

Inscrições: João Fernandes, Joel Fernandes, Ana Bandeira, Patrícia Ramalheiro, Sara Antunes, Luís Martins, Maria Antunes, Daniela Santos, João Curvelo, António José Gonçalves,

Maria Antunes, interveio dizendo: "Relativamente às obras de requalificação e modernização da Escola Secundária da Lousã gostaríamos de saber qual a data efetiva de início das obras, qual o número total de infraestruturas provisórias/ contentores requisitados, se esse número será suficiente, se foi contempla a existência de espaços de convívio cobertos para os alunos e, ainda se os contentores correspondem às necessidades de alunos, docentes e funcionários, nomeadamente, no que respeita a dimensões, climatização, impermeabilização e isolamento".-----

Sara Antunes, interveio referindo: "No seguimento da atividade municipal do dia 22 de janeiro relativamente à assinatura de protocolos com as IPSS's e da



Ab
af
af

intervenção da Senhora Deputada Ana Bandeira permitam-me acrescentar o importante trabalho e o Investimento que a autarquia faz nas pessoas e na coesão social. Destaco o investimento no valor de 72.500€, destinado a apoiar carências específicas dos munícipes e das famílias, nomeadamente de bens de primeira necessidade, como bens alimentares, higiene ou vestuário, proporcionando condições de vida condigna. No âmbito do Regulamento Municipal de Emergência Social, foram concretizados investimentos anuais de 65 mil euros através dos centros de recursos alimentares, nomeadamente a Fábrica da Igreja Paroquial de Serpins (apoio de 5 mil euros), a Fábrica da Igreja Paroquial Freguesia da Lousã (apoio de 17 mil euros) e o Centro Cristão Vida Abundante (apoio de 43 mil euros). Os restantes 7.500€ são destinados a apoiar o funcionamento de duas destes importantes parceiros concelhios, com 5.000€ para o Centro Cristão Vida Abundante e 2.500€ para a Fábrica da Igreja Paroquial Freguesia da Lousã. Refira-se que no âmbito do orçamento municipal para este ano, o eixo da coesão apresenta uma dotação global de 28,3 milhões de euros e que regista um aumento de 172% face a 2024, podemos, desde logo, identificar os projetos de intervenção social e a ação social escolar, que representam 2,5 milhões de euros." -----

Daniela Santos, iniciou a intervenção cumprimentando todos os presentes e disse: "Em janeiro de 2024 no jornal Trevim fomos surpreendidos com a notícia que dava conta que a Unidade de Saúde Familiar (USF) Trevim-Sol, que tinha sido transformada na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) da Lousã, em 2023, poderia passar a unidade do modelo B. No final desse mesmo ano, em dezembro passado, outra notícia do mesmo jornal dava conta de que essa mesma unidade iria passar a Unidade de Saúde Familiar (USF) Aldeias do Xisto. Ora, com isto, podemos verificar que andamos ultimamente num cá e lá, algo que causa instabilidade nos nossos lousanenses, utentes daquela unidade. Tínhamos uma USF Trevim Sol (modelo B), passamos para Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados e agora é USF Aldeias de Xisto (modelo B). Com isto, o que a Lousã e os lousanenses pretendem saber é se, com estas mudanças, temos mais médicos, mais enfermeiros e mais funcionários para atender os



AS
27
A

utentes. Em junho do ano passado, foi assinado um contrato para a execução da obra que decorre atualmente, para construção do 2º Edifício do Centro de Saúde da Lousã. Um investimento de mais de 2 milhões de euros que, supostamente, tem como objetivo criar melhores condições de atendimento dos utentes, bem como do funcionamento geral e qualidade dos serviços prestados. Segundo uma publicação na página da Câmara Municipal, nesta empreitada será fornecido equipamento adequado e ajustado às equipas multidisciplinares que ali prestam serviço, incluindo equipamento básico, clínico e administrativo, assim como mobiliário e material informático e de comunicação. Percebemos que a intenção é agrupar serviços, mas pretendemos saber se se confirma que o 2º edifício é apenas para parte administrativa da USF e não para os utentes terem melhores condições e melhores recursos. Ainda assim, porque não se investiu na extensão de saúde de Serpins? Algo que vem sendo reivindicado há muito tempo e que consideramos ser uma mais-valia para esta freguesia e aos lousanenses em geral. -----

Patrícia Ramalheiro, prescindiu da palavra. -----

António José Gonçalves, tomou a palavra para solicitar informações sobre a APIN, e sobre o que se ouve dizer de esta ser absorvida pelas Águas de Portugal em virtude de falta de condições de financiamento. Questionou o Sr Presidente se já tinha alguma informação sobre a legalidade do edifício do Louzanpark. –

Luís Martins, iniciou a intervenção cumprimentando todos os presentes e iniciou a sua intervenção referindo-se à informação financeira e a sua execução do município da Lousã a 31 de janeiro de 2025. Referiu que o orçamento para 2025 foi aprovado com um total de 46,7 milhões de euros, e no primeiro mês do ano, a receita arrecadada foi de 1.563 mil euros, enquanto as despesas pagas totalizaram 959 mil euros. Comparou este número com os de janeiro de 2024 e verificou que existiu um Aumento das receitas em 297 mil euros e uma Redução dos pagamentos em 208 mil euros. Quanto à Execução das Receitas e



Ag.
af.
A

comparando com janeiro de 2024 destacou que existiu um Aumento nos impostos diretos, um Crescimento na venda de serviços, e uma Redução nas transferências correntes. Ressalvou que o Saldo de gerência anterior é de 3.632.831€ estando este consignado, com rubricas adjacentes e com investimento em curso. Referiu-se à execução orçamental da despesa dizendo que no mês de janeiro foi de 1,97% do orçamento anual, e quando comparada com o período de janeiro de 2024 verifica-se que existe uma Redução das despesas com pessoal; Aumento na aquisição de bens; Redução na aquisição de serviços; Diminuição nas despesas de capital. Mencionou ainda que o município da Lousã cumpre a regra do equilíbrio orçamental, garantindo que as receitas cobrem as despesas e mantendo um saldo positivo superior 500 mil euros e que os principais indicadores financeiros demonstram que a gestão orçamental tem sido responsável e sustentável, permitindo estabilidade financeira sem comprometer a capacidade de investimento. Em relação ao endividamento e margem para investimento disse que desde o início do ano, a dívida a médio e longo prazo foi reduzida em -1,06%, enquanto a dívida a curto prazo caiu -5%. Disse ainda que no respeito à Capacidade de Endividamento "O município mantém uma margem disponível de 7,7 milhões de euros, o que lhe permite recorrer a financiamento caso seja necessário para novos investimentos estratégicos. Importante destacar que não existem pagamentos em atraso e que o prazo médio de pagamento do município é de 22 dias, evidenciando uma boa gestão da tesouraria." Terminou a intervenção referindo a Capacidade de Execução de Investimentos e o equilíbrio financeiro alcançado pelo município, que mantém a capacidade de executar empreitadas estratégicas essenciais para o desenvolvimento da Lousã, dando o exemplo da Requalificação da Escola Secundária da Lousã; Construção do 2.º Edifício do Centro de Saúde e a Requalificação da Escola Básica N.º 2. Disse ainda que a boa capacidade de gestão permite ao município candidatar-se ativamente a fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), garantindo financiamento para projetos em áreas essenciais, como a Habitação; Respostas sociais; Cultura; Florestas. A estabilidade financeira aliada à forte capacidade de planeamento e execução de projetos estruturantes garante que o município



AA
AB
A

está bem preparado para enfrentar desafios futuros, mantendo o crescimento e a inovação como prioridades. -----

Ana Bandeira, iniciou a intervenção referindo que "É com grande satisfação que me dirijo a esta Assembleia para partilhar os significativos investimentos que a Câmara Municipal da Lousã tem realizado nas áreas da habitação, educação e saúde, reforçando o compromisso com o bem-estar e a qualidade de vida de todos os Lousanenses. No campo da Habitação - Reconhecendo a importância de garantir habitação digna e acessível, o Município aprovou recentemente investimentos públicos de 9,9 milhões de euros para a construção de blocos habitacionais, num total de 74 habitações. Este esforço insere-se numa estratégia mais ampla, refletida no orçamento municipal para 2025, que destina mais de 9 milhões de euros à habitação. Estes fundos serão aplicados em projetos associados ao Programa 1º Direito, ao Programa de Habitações a Custos Acessíveis e à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT), visando responder às necessidades habitacionais da nossa comunidade. -----

Na Educação - acreditamos que a educação é a base para o desenvolvimento sustentável do nosso concelho. Nesse sentido, estão a ser investidos mais de 12,6 milhões de euros na requalificação da Escola Secundária da Lousã e da Escola Básica nº2. Estas intervenções visam proporcionar instalações modernas e adequadas, criando ambientes de aprendizagem estimulantes para os nossos jovens. Os trabalhos para a reabilitação da Escola Secundária já se iniciaram com a colocação de contentores, necessários para que as aulas e os serviços decorram com a maior normalidade possível, no decorrer das obras. -----

Na Saúde - a saúde dos nossos munícipes é uma prioridade incontornável. Compreendendo a necessidade de melhorar os serviços de saúde locais, já teve início a construção do segundo edifício do Centro de Saúde da Lousã, um investimento total de mais de 2,6 milhões de euros. Este projeto, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), permitirá ampliar e modernizar os cuidados de saúde prestados à população. Para além da construção será



adquirido equipamento médico, básico e informático adequado para as equipas que ali irão desenvolver o seu trabalho. -----

Orçamento Municipal - o ano de 2025 tem o maior orçamento municipal de sempre, superior a 46 milhões de euros. Este aumento significativo, de cerca de 64,2% em relação a 2024, demonstra o compromisso em investir na coesão social, na competitividade e na melhoria contínua da qualidade de vida no nosso concelho. Estes investimentos refletem a nossa dedicação em construir uma Lousã mais inclusiva, educada e saudável. Não esqueçamos também que estes investimentos para além de refletirem o empenhamento na concretização de um plano estratégico traçado para o concelho permitirão um futuro com mais qualidade para os seus cidadãos. Estou certa de que a Câmara Municipal da Lousã continuará a trabalhar arduamente para concretizar projetos que beneficiem todos os cidadãos, reforçando o desenvolvimento harmonioso e sustentável do nosso concelho e garantindo em simultâneo, o equilíbrio financeiro da Autarquia. Será com certeza, um legado precioso do ciclo autárquico de 2021/2025". -----

João Curvelo, iniciou a sua intervenção dirigindo-se aos deputados do Partido Socialista dizendo: "O nosso mandato, aqui, é para fiscalizar o executivo na pessoa do Sr. Presidente da Câmara e não fazer declarações sem uma única interrogação, exceção feita ao deputado Nelson Lopes, que questiona sempre nas suas intervenções. Dirigindo-se ao Sr Presidente da câmara disse, foi notícia no Diário de Coimbra que a Metro Mondego adjudicou um serviço alternativo ao ramal da Lousã até ao fim de junho por ajuste direto à ETAC por 890 mil euros mais IVA. De notar que a Metro Mondego já gastou cerca de 14 milhões de euros com os serviços alternativos ao Ramal da Lousã nestes últimos 15 anos em que deixámos de ter serviço ferroviário. Com esta adjudicação deste serviço até ao final de junho, quer isto dizer que vamos ter de esperar mais quatro meses para o MetroBus entrar em funcionamento? Colocou ainda as seguintes questões: Ainda não foram colocadas as cancelas na via do MetroBus?; Ainda não foi experimentada a circulação com trânsito?; Qual o tempo expectável de interrupção do trânsito?; Os autocarros estão todos prontos a circular?; Já

af.
af.
af.



recebemos todos?; quantos são no total? Terminou referindo a reabilitação da Antiga Escola de Foz de Arouce- 6 fogos de habitação social e questionando se a escola em questão é a onde está instalado o Museu do Circo? Se sim para onde vai o museu do circo? Qual o valor investido?" -----

Atx.
af
af

João Fernandes, interveio cumprimentando todos os presentes e disse: "Como profissional de saúde não podia de deixar de realçar que as obras de ampliação do Centro de Saúde já começaram, ao abrigo do PRR e com um orçamento previsto de 2,4 milhões de euros. Este novo edifício vai trazer novas valências e com gabinetes apropriados (reabilitação/fisioterapia, nutricionista, psicólogo, saúde de pública e a UCC. Este novo edifício anexo ao já existente trará melhores condições de trabalho para todos os profissionais de saúde e melhores acessibilidades e atendimento a todos os utentes. Outro tema Saúde Mental: No desenvolvimento do Plano de Reforma da Saúde Mental na (ULS) de Coimbra, venho enaltecer o contributo do Município da lousã na cedência de um espaço próprio para consultas/seguimento dos utentes não havendo necessidade de se deslocarem a Coimbra. A ULS Coimbra disponibiliza uma equipa multidisciplinar de Saúde Mental para trabalhar com esta comunidade com um objetivo estratégico de proximidade de cuidados, permitindo estratégias de prevenção e de integração de cuidados entre a Saúde Mental e a Medicina Geral e Familiar". -----

Joel Fernandes, iniciou a intervenção referindo o contributo que o projeto das aldeias de Xisto tem trazido para o nosso concelho e perante o ponto da informação sobre a assinatura dos Planos de Ação das Estratégias de Eficiência coletiva Provere da Rede Aldeias de Xisto, questionou quais os projetos para o futuro relacionados com a temática das aldeias. -----

O **Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra e começou por referir que relativamente a empreitada de reabilitação da Escola Secundária, já iniciou os trabalhos de preparação da intervenção. No que refere à instalação de contentores, que já em execução obedecendo a duas fases, o fornecimento,



montagem e apetrechamento dos contentores e o trabalho de preparação infraestrutural para a sua instalação. Disse ainda que o número de contentores e sua configuração foi definido em conjunto com o agrupamento de escolas na perspetiva de dar a melhor a resposta possível, ainda que precária, à comunidade escolar. Os contentores estão em número suficientes para o que é a atividade das salas de aula e dos serviços de suporte ao funcionamento escolar. As condições de recreio, serão muito limitadas atendendo aquilo que é a execução da obra e reabilitação do espaço, uma vez que os contentores estão a ser instalados no campo de jogos exterior, mas será promovida cobertura entre os contentores de salas de aula e os de apoio ao funcionamento escolar. Os contentores têm climatização, rede de internet e tudo o necessário ao funcionamento normal das atividades pedagógicas. Disse que se perspetiva que durante o mês de março a obra de empreitada principal passe a ser mais visível, nomeadamente no pavilhão B e no pavilhão desportivo. Reforçou a intervenção da deputada Sara Antunes referindo que o investimento nas pessoas não é só de dimensão financeira, mas também na quantidade e diversidade de ações e projetos que são desenvolvidos. Quanto à intervenção da Senhora deputada Daniela Santos disse que a transição da unidade de cuidados de saúde de proximidade para USF Aldeia do Xisto é uma alteração positiva e trabalhada nesse sentido, relativamente a recursos humanos disse já estar completa a equipa médica. O novo edifício é um investimento superior a dois milhões e vai permitir melhorar as condições às unidades já existentes e às novas unidades referidas pelo deputado João Fernandes. Referindo -se à extensão do Polo de Saúde de Serpins, disse que quer a câmara Municipal, quer a junta de freguesia continuam a aguardar resposta das entidades competentes, estando esta situação sinalizada e dotada do ponto de vista financeiro para avançar. Disse ao deputado António José António que relativamente à APIN não que tinha mais informação do que a transmitida na última Assembleia Municipal de Dezembro. Relativamente ao Louzanpark disse ser um edifício que fruto da sua intensa e importante utilização, carecerá de algumas intervenções para continuar a desempenhar o seu papel devidamente habilitado para tal. No seguimento da intervenção do deputado

A7
ab
9



Luís Martins, sobre a situação financeira disse que o objetivo será garantir o equilíbrio financeiro da autarquia até o último dia, sendo este ano mais exigente, devido à dimensão de investimento que está presente no orçamento para 2025. A No seguimento da intervenção da deputada Ana Bandeira reforçou que é de facto um valor muito grande, principalmente no âmbito do PRR, na educação, na saúde e na Habitação nas suas várias vertentes. Em resposta ao deputado João Curvelo, esclareceu que o Bloco Habitacional a criar na Freguesia de Foz de Arouce não será no local onde está instalado o Museu do Circo. Relativamente à metro mondego, disse que, esta contratou os serviços alternativos até ao final do mês de junho, porque tem como objetivo colocar a funcionar o sistema de mobilidade do mondego – MetroBus – até ao final do mesmo mês, estando já entregues os autocarros necessários para iniciar a operação. Referiu ainda que as cancelas vão ser colocadas, existindo já passagens de nível com estas instaladas, os sistemas estão a ser testados e as várias viagens que se tem assistido são sobretudo para fazer trabalhos de verificação e aferição do sistema. Quanto à questão de saúde mental, referida pelo deputado João Fernandes, disse que o executivo continua a trabalhar e disponível para melhorar a qualidade de resposta de saúde à população. Referiu ainda que serviço vai começar gradualmente, começando com situações já acompanhadas em Coimbra e que deixam de ter necessidade de deslocação. No que diz respeito às aldeias do Xisto disse que foi assinado recentemente o contrato de consórcio, para este ciclo de fundos comunitários – Portugal 2030, que prevê vários novos investimentos. -----

PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

2 – 2. Apreciação e votação da ratificação da deliberação da Câmara Municipal de 20.01.2025, relativa à desafetação do domínio público de parte de arruamento na Zona Industrial do Alto do Padrão (doc. nº 2 (dois)).-----

Inscrições: Santinho Antunes

Santinho Antunes iniciou a intervenção referindo que confiam que esta desafetação de domínio público, terá um propósito equacionado e ponderado pelo executivo, registando que irão acompanhar esta situação e todas as

AA
@



semelhantes que possam existir. -----

Colocado à votação a ratificação da deliberação da Câmara Municipal de 20.01.2025, relativa à desafetação do domínio publico de parte de arruamento na Zona Industrial do Alto do Padrão, foi aprovada por unanimidade quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos. -----

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

3. Apreciação e conhecimento do Relatório anual com os incentivos concedidos ao abrigo do Capítulo II do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Lousã. (doc. nº 3 (três). -----

Inscrições: Sérgio Pedroso, Nelson Lopes. -----

Sérgio Pedroso: iniciou a intervenção cumprimentando todos os presentes e disse: "O artigo 33.º do regulamento de concessão de incentivos ao investimento no Município da Lousã, diz-nos que "Anualmente, a Câmara Municipal remete para conhecimento da Assembleia Municipal, relatório com os incentivos concedidos ao abrigo do Capítulo II do presente Regulamento." Sendo que este entrou em vigor em 09-01-2021, e sendo que estamos a apreciar e tomar conhecimento do relatório "anual" com os incentivos concedidos desde a entrada em vigor do regulamento e até ao ano de 2024 então para a Câmara Municipal da Lousã um ano tem cerca de 1.450 dias mais coisa menos coisa..., mas mais vale tarde do que nunca! Se analisarmos as candidaturas apresentadas nestes 4 anos de implementação do regulamento verificamos que foram apresentadas 5 candidaturas, sendo que 4 foram no ano de 2024... consideramos um número muito insuficiente dado a importância que é a captação e instalação de empresas, contribuindo com mais empregos e fixação de mais pessoas no concelho. Não tirando mérito aos incentivos concedidos que são na nossa opinião uma ajuda crucial, perguntamos ao Senhor Presidente se não estará o regulamento complexo demais, o que retira a possibilidade de mais candidaturas se juntarem a estas 5? Também gostávamos de saber se o Município irá conseguir apurar qual o montante que

A7
 ah
 Af



por exemplo deixa de receber em IMI, IMT e Derrama com os incentivos proporcionados a estas empresas. E se sim, se dará o respetivo conhecimento a esta Assembleia. Por fim, desejar a estas empresas e às que já se encontram instaladas no concelho os maiores sucessos profissionais e aproveitar para lhes dizer que podem contar sempre com o apoio do Grupo Municipal da Coligação "É Hora de Mudar – PPD-PSD/CDS-PP". -----

Nelson Lopes, interveio referindo que " Mais do que a questão do momento de apresentação referida aqui pelo deputado Sérgio Pedroso, este documento além de nos permitir conhecer com mais detalhe os incentivos concedidos no âmbito de Regulamento de incentivos de apoio ao investimento, permite-nos também verificar que a Lousã continua a atrair importantes investimentos seja através da deslocalização de empresas de outros Concelhos vizinhos, da instalação de empresas e projetos novos e inovadores ou do crescimento e ampliação de empresas já instaladas. Além de outros investimentos que se concretizaram ou que estão em vias de se concretizar no Concelho e que não recorreram aos incentivos no âmbito deste Regulamento, verificamos, neste documento, que existem vários e importantes projetos contratualizados que, aproveito a ocasião, para perguntar ao Sr. Presidente qual o estado de desenvolvimento dos mesmos e, se tiver esses dados, qual o montante de investimento de cada um deles. Neste contexto importa ainda aqui referir que temos uma economia local que tem apresentado bons indicadores. Quer em termos de volume de negócios, quer em termos de rácio de exportação, quer no que refere aos resultados líquidos, quer no que diz respeito aos níveis de emprego, quer em número de empresas que, anualmente, renovam o estatuto de PME Líder e PME Excelência, o tecido empresarial do Concelho da Lousã tem estado, claramente, nos lugares cimeiros da Região de Coimbra. E esse desempenho deve-se essencialmente às empresas e empresários Lousanenses, que tem tido a audácia e o saber para ultrapassar as dificuldades (e tem sido muitas) e tem conseguido desenvolver, com sucesso, os seus negócios e empresas. Mas, perante os dados que vamos conhecendo (e ainda nos documentos de suporte do ponto anterior ficámos a conhecer a intenção de



um grande investimento por parte de um grupo empresarial da Lousã), nunca é demais, agradecer o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Associação empresarial da Serra da Lousã (que ainda esta semana lançou a plataforma VIP360, que pretende ser mais uma ferramenta de promoção turística da serra da Lousã) e endereçar também uma palavra de apreço ao executivo que, de uma forma sempre atenta e empenhada, conseguiu acompanhar e, na medida do possível, dar resposta às enormes dificuldades e aos grandes desafios que as empresas e os empresários tiveram de enfrentar nestes últimos anos e tem tido a capacidade de captar e acolher de forma competente as várias intenções de investimento."

Presidente da Câmara, dirigiu-se ao deputado Sérgio Pedroso, dizendo que tem razão e que existiu realmente um lapso, já assumido perante o executivo e assume o mesmo perante a Assembleia Municipal pedindo desculpas pela situação. Reforçou a intervenção do deputado Nelson Lopes, quando disse que há outras empresas que não beneficiaram destes incentivos, no âmbito do regulamento, uma vez que há sempre outras opções para desenvolver projetos fora deste âmbito. Esclareceu que para a elaboração deste Regulamento, foram consultadas as práticas e regulamentos de outros municípios de várias dimensões, com várias características de modo que este documento fosse o mais adequado ao município. No que diz respeito ao apuramento que se abdica com os impostos, disse haver uma estimativa, não tendo condições imediatas de dizer o valor, mas que em certos casos, são valores com algum significado dado o tipo de empresas e o trabalho desenvolvido. Em resposta à questão do deputado Nelson Lopes sobre o estado atual de desenvolvimento, disse que o desejo era que alguns projetos já estivessem numa fase mais adiantada de concretização física. Sobre o valor de investimento de cada um, não conseguiu precisar, mas informou que poderá fazer chegar essa informação à Assembleia Municipal. Informou que o trabalho que se está a desenvolver tem como objetivo que durante o ano de 2025, se possam conceder mais incentivos no âmbito deste Regulamento. Salientou o referido pelo deputado Nelson Lopes relativamente aos dados de desempenho do



tecido económico do concelho, ao trabalho da Associação Empresarial Serra da Louçã e à recente plataforma lançada pela AESL, que visa dinamizar o turismo e a coesão territorial de oito municípios. -----

Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra e questionou a assembleia se os pontos de a sete poderiam ser apreciados em conjunto, uma vez que só se modifica o nome da freguesia, procedendo-se à apreciação de todos os documentos, às inscrições e intervenções e por fim a votação de cada ponto individualmente. Disse ainda que em reuniões anteriores houve algumas dúvidas quanto a possibilidade de votação dos Srs. Presidentes de Junta, no que respeita aos contratos interadministrativos, delegação de competências ou atribuição de financiamento às respetivas juntas de freguesia, mas que em dezembro de 2024 foi emitido pela Procuradoria geral da república um parecer, onde na clausula 18.º refere “*Assim, pelo simples facto de integrar a assembleia municipal, um presidente de junta de freguesia não está impedido de participar na discussão e na votação de contratos interadministrativos de delegação de competências e/ou atribuição de subsídio financeiro relativos à freguesia a cujo executivo preside.*” Assim os presidentes de junta podem discutir e votar cada um destes pontos.

Intervenções: Helena Correia, Joel Fernandes, Santinho Antunes, Nelson Lopes. - **Helena Correia**, interveio, informando que *“as adendas aos contratos interadministrativos que hoje votamos na AM, e que já foram votadas pelos executivos e AF, refletem a dinâmica de trabalho conjunto entre a CML e as Juntas de Freguesia. São o resultado de contratos celebrados ao abrigo da delegação de competências municipais nas freguesias, e como tal, previamente concertados de acordo com as necessidades e levantamento de situações pertinentes em cada freguesia. Relevam princípios como a subsidiariedade e proximidade e provam que efetivamente temos em vista o mesmo objetivo – a resposta às necessidades da nossa população da forma mais eficaz. O facto de os valores terem aumentado prova ainda a capacidade que as JF mostraram em responder aos desafios, mas também a capacidade*



de articulação entre as autarquias". -----

Joel Fernandes, interveio dizendo que tanto no assunto das adendas administrativas como no caso da desagregação das freguesias trata-se de dotar as instituições públicas dos meios necessários para servir a população.

Disse ainda que atualmente e ao contrário do que a maior parte da população pensa, as entidades públicas não têm um orçamento ilimitado e este balizar dos dinheiros públicos ajudam a cumprir o dever de fiscalização e o bom uso dos dinheiros públicos, por outro lado, restringe a flexibilidade de ação. Questionou se com a concretização da desagregação da freguesia de Louçã e Vilarinho se terá se terá de reanalisar este processo. -----

Santinho Antunes, interveio dizendo que um dos pontos que queriam alertar é com a reposição da freguesia como é que será ponderada a distribuição de fundos que agora se transmitem para a freguesia de Louçã e Vilarinho. Disse ainda que sendo um processo que resulta de uma negociação entre junta e freguesia o Grupo Municipal É Hora de mudar irá abster-se na votação. -----

Nelson Lopes, interveio referindo que "nestes 4 pontos estão em apreciação e votação 4 propostas de adendas aos contratos interadministrativos celebrados com as 4 Juntas de Freguesia, que regulam e definem quais as delegações de competências atempadamente negociadas com cada uma das Juntas de freguesia para o ano de 2025, as quais dizem essencialmente respeito à execução de vários investimentos identificados para cada freguesia e apresentam a necessária estimativa orçamental para o efeito. No âmbito destes contratos e para a boa execução da totalidade dos investimentos a executar por cada uma das Juntas de freguesia, o Município, além de continuar a disponibilizar apoio técnico e equipamentos, compromete-se a transferir, no ano de 2025, para estas autarquias, um montante total de 349 500 euros, valor que representa mais uma vez um aumento em relação ao ano anterior e que traduz a boa articulação entre os órgãos das autarquias locais, tendo como objetivo maior o desenvolvimento local e o bem-estar das populações. Neste

Asf.
af



âmbito, será transferido um montante de 51 000,00 euros para os investimentos sinalizados na União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, um montante de 70 000 euros para os investimentos a realizar na freguesia das Gândaras, um montante de 140 000 euros para os investimentos previstos para a União de freguesias de Louçã e Vilarinho e um montante de 81 000 euros para os investimentos na freguesia de Serpins, aos quais acresce a transferência de um montante de 7500 euros, para que esta entidade assegure o transporte escolar dentro da sua área geográfica. Conforme já aqui referi a este propósito e certamente estamos todos de acordo, com o respeito pela autonomia de cada entidade, mas colaborando ativamente entre si, a opção de delegação de determinadas competências permite, por força da proximidade às populações, uma melhoria dos serviços prestados à comunidade e um reforço da coesão no território. Assim (e como já aqui foi muito bem detalhado pela deputada Ana Bandeira), ao mesmo tempo que assistimos a uma fase extraordinária de investimento no Concelho ao nível de equipamentos culturais, de equipamentos na área da educação e da saúde, na mobilidade e acessibilidades e na oferta de habitação pública, criando, em vários domínios, condições para um aumento significativo na qualidade de vida dos Lousanenses, este modelo de delegação de competências, que tem vindo a ser reforçado de ano para ano, permite dotar as freguesias dos meios financeiros para a realização de obras de proximidade, que representam também elas importantes investimentos para o desenvolvimento integrado de todo o território. E estamos convictos que é com esta visão que, em 2 das 4 juntas de freguesia, os documentos agora em apreciação tiveram, nas respetivas Assembleias, o voto favorável de todas as forças políticas. Por esse motivo, porque estão devidamente acautelados os recursos financeiros a transferir para cada uma das Juntas de freguesia e porque este quadro de cooperação vai proporcionar a concretização de importantes investimentos no nosso território, o voto da bancada do Partido Socialista vai no sentido desta Assembleia autorizar a celebração da adenda ao contrato interadministrativo com a União de freguesias de Foz de Arouce e casal de Ermio, bem como as

Handwritten signature and initials in blue ink.



adendas aos contratos celebrados com as restantes freguesias que serão objeto de apreciação e votação nos próximos 3 pontos." -----

Presidente da Câmara, disse que com a consumação da desagregação das freguesias Louçã e Vilarinho, os próximos órgãos autárquicos terão de fazer a formulação, com base na mesma metodologia para que essa distribuição seja feita de forma equilibrada adequada à nova realidade. Disse ser um processo evolutivo com várias situações que devem ser ponderadas nomeadamente daquilo que é a possibilidade de intervenção e domínio das juntas de freguesia. Terminou a intervenção comunicando que na próxima segunda-feira será assinado o contrato de consignação da empreitada de habitação de 28 fogos, a custos acessíveis e que traduz um investimento significativo em termos de habitação. -----

PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

4. Apreciação e votação de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, para o ano de 2025 (doc. nº 4 (quatro)). -----

Colocada à votação da Assembleia Municipal votação de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, para o ano de 2025, foi aprovado por maioria, com 16 (dezasseis) votos a favor do PS, 1 (um) voto a favor do BE, 8 (oito) abstenções da Coligação PSD/CDS – É Hora de Mudar, quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos. -----

PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

5. Apreciação e votação de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a Freguesia das Gândaras, para o ano de 2025. (doc. nº 5 (cinco)). -----

Colocada à votação da Assembleia Municipal votação de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a Freguesia das Gândaras, para o ano de 2025, foi aprovado por maioria, com

Ag.



Art.º
af
g

16 (dezasseis) votos a favor do PS e 1 (um) voto a favor do BE, 8 (oito) abstenções da Coligação PSD/CDS – É Hora de Mudar, quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos. -----

PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

6. Apreciação e votação de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a União de Freguesias de Louçã e Vilarinho, para o ano de 2025. (doc: nº 6(seis). -----

Colocada à votação da Assembleia Municipal votação de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a União de Freguesias de Louçã e Vilarinho, para o ano de 2025, foi aprovado por maioria, com 16 (dezasseis) votos a favor do PS e 1 (um) voto a favor do BE, 8 (oito) abstenções da Coligação PSD/CDS – É Hora de Mudar, quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos. -----

PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS:

7. Apreciação e votação de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a Freguesia de Serpins, para o ano de 2025. doc. nº 7(sete). -----

Colocada à votação da Assembleia Municipal votação de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a Freguesia de Serpins, para o ano de 2025, foi aprovado por maioria, com 16 (dezasseis) votos a favor do PS e 1 (um) voto a favor do BE, 8 (oito) abstenções da Coligação PSD/CDS – É Hora de Mudar, quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos -----

PONTO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

8. Apreciação e votação da autorização da contratação e encargos plurianuais associados, de um empréstimo a medio e longos prazos, no montante máximo de 700.000,00€, destinado a financiar a "Requalificação e conservação de rede



viária e arruamentos municipais". (doc. nº 8(oito). -----

Inscrições: Luís Martins, Sérgio Pedroso-----

Luís Martins, interveio dizendo: "O contrato de Empréstimo a Médio/Longo Prazo, no montante máximo de 700.000€, garantindo a manutenção e melhoria das infraestruturas rodoviárias do município em prol de toda a comunidade. Foram convidadas várias instituições financeiras a apresentar propostas, nomeadamente: Banco Comercial Português, EuroBic, Banco CTT, Caixa Geral de Depósitos, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, Banco BPI, Novo Banco e Banco Santander. Após a análise detalhada dos serviços financeiros da Autarquia das condições propostas. A proposta mais vantajosa foi apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, com um spread de 0,265% e um encargo total previsto de 850.150,19€. O financiamento terá um prazo global de 12 anos, com prestações trimestrais e um período de utilização e carência de 24 meses, garantindo a sustentabilidade orçamental e a sua capacidade de execução. Perante os documentos analisados, o Grupo Municipal do PS votará favoravelmente a contratação deste empréstimo, reconhecendo a importância da conservação e requalificação da rede viária municipal e o impacto positivo que esta medida trará para a qualidade de vida da população." -----

Sérgio Pedroso, interveio dizendo que: "Neste ponto sabemos através da informação constante na informação financeira que a 01/01/2025 o município em financiamentos obtidos tinha um valor de cerca de três milhões quatrocentos e sete mil euros. Se a estes acrescentar mos mais 700.000 € iremos ter uma dívida de cerca de quatro milhões e cem mil euros em financiamentos obtidos. Sabemos também que o município para fazer obra tem que se financiar, mas como fiscais da atividade do executivo vimos perguntar para que obras se destinam estes 700.000 €? Não sabemos se foi um lapso não terem enviado a informação a que obras se destina tal empréstimo, mas os membros desta Assembleia deviam para apreciar e deliberar corretamente este ponto ter conhecimento das mesmas. Vimos perguntar ao Senhor Presidente se nos pode informar que obras são, para quando estão previstos o seu início e o seu

Ag.
af

e
g



termo. Não queremos acreditar que iremos endividar o município em mais 700.000 € para que o executivo cumpra promessas feitas e, que agora a 7 meses das eleições venha tapar buracos.... Perguntamos também qual a duração prevista para que nestas obras sejam feitas novas requalificações, pois achamos que 12 anos a pagar um empréstimo, estas deverão durar pelo menos estes mesmos 12 anos, será que irão durar? Por estas razões o Grupo Municipal da Coligação "É Hora de Mudar – PPD-PSD/CDS-PP" irá se abster neste ponto. -----

Sr. Presidente, tomou a palavra e disse que após consulta da informação disponibilizada, verificou que se encontra a informação em falta, contudo esta é conhecida e consta da informação que foi à aprovação do Executivo. Esclareceu ainda que a elencagem das obras é obrigatória para contratar empréstimos desta natureza. No que diz respeito ao endividamento, referiu que o município está bem longe do índice endividamento e muito abaixo do que é normal para municípios com as nossas características -----

Colocada à votação da Assembleia Municipal a autorização da contratação e encargos plurianuais associados, de um empréstimo a medio e longo prazos, no montante máximo de 700.000,00€, destinado a financiar a "Requalificação e conservação de rede viária e arruamentos municipais", foi aprovado por maioria, com 16 (dezasseis) votos a favor do PS e 1 (um) voto a favor do BE, 8 (oito) abstenções da Coligação PSD/CDS – É Hora de Mudar, quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos. -----

PONTO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

9. Apreciação e votação da 1ª Revisão às Demonstrações Previsionais (Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano) do ano de 2025.doc. nº 9(nove) -----

Inscrições: Luís Martins. -----

Luís Martins disse: "A presente revisão orçamental tem como principal objetivo a integração do saldo de gerência do ano anterior, garantindo o equilíbrio

Handwritten signature in blue ink.



financeiro e ajustando a execução orçamental de 2025. O saldo de gerência total de 2024 apurado ascende a 5.010.422€, dos quais: Saldo de execução orçamental: 4.642.297€ e o Saldo de operações de tesouraria: 368.125€. Nesta revisão, será incorporado apenas o saldo de execução orçamental não consignado, que correspondente a 1.009.465,93€. As principais alterações resultantes desta revisão são a Anulação da receita em 948.730,86€, designadamente a Anulação de outras receitas não correntes no valor de 819.000€ e a Anulação de receitas previstas para 2025 que foram cobradas ainda em 2024 relacionadas com transferências de capital (valor 129.370,86€) para requalificações urbanas, como a Praça Cândido dos Reis; Rua do Comércio; Praça Luís de Camões; Jardim de Infância; Escolas EB1 e JI de Santa Rita; Reparação de prejuízos causados pelas cheias de 2023 e também um reforço de despesas previstas em 60.735,07€. O orçamento global da receita e da despesa será ajustado em +0,3%, assegurando no entanto que a regra do equilíbrio orçamental continua a ser cumprida." -----

Colocada à votação da Assembleia Municipal a votação da 1ª Revisão às Demonstrações Previsionais (Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano) do ano de 2025 foi aprovado por maioria, com 16 (dezasseis) votos a favor do PS e 1 (uma) abstenção do BE, 8 (oito) abstenções da Coligação PSD/CDS – É Hora de Mudar, quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos. -----

PONTO DEZ DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

Apreciação e votação da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2025.

(doc. nº 10(dez) -----

Sem inscrições e/ou pedidos de elucidação, foi colocada à votação da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2025, tendo sido aprovada por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS, 1 (um) voto a favor do BE e 8(oito) abstenções da Coligação "É Hora de Mudar" – PPD/PSD-CDS/PP,



quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos. -----

A Senhora Presidente da Mesa colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE quando estavam presentes na sala vinte e cinco elementos. -----

Nada mais havendo a tratar, **a Senhora Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte e uma horas. -----

A Presidente da Mesa,

Ana Ferreira

O 1.º Secretário,

Orlando Ferreira

A 2ª Secretária,



LOUISA

Maria Aldina Martins

Maria Aldina Martins

FX
ad

